

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES CONTROLADORIA GERAL – PAINT - COREN-RN
EXERCÍCIO DE 2022

Natal – RN
2021

INTRODUÇÃO:

Conforme a determinação da resolução Cofen nº 505/2016 no seu Art. 2º:

“As Controladorias ou órgão de controle interno dos Conselhos Regionais de Enfermagem deverão enviar até 15 de dezembro um Plano Anual de Atividades para o exercício posterior, que visam planejar as ações de controle interno em cada regional”.

Criada pela Decisão Coren-RN 03/2014 com o objetivo de assegurar a execução de atividades dentro dos princípios básicos da administração pública definidos pelo art. 37 da Constituição Federal (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), a Controladoria Geral do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte/Coren-RN apresenta o PLANO ANUAL DE ATIVIDADES referente ao exercício de 2022.

A Controladoria Geral do Coren-RN tende a supervisionar, normatizar, recomendar, fiscalizar e avaliar o grau de confiabilidade dos procedimentos da instituição, além de atuar de maneira preventiva na confecção de manuais de normas e rotinas e ações de controles antes do ato administrativo, proporcionando a correção de eventuais erros antes de sua realização ou ainda, a padronização de procedimentos.

A Controladoria preserva os atos e garante a correção das ações da administração, seja no aspecto contábil, da gestão econômica e financeira, bem como na avaliação dos resultados alcançados. Avalia os resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade das atividades administrativas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais.

Dessa forma, são apresentadas todas as ações desenvolvidas, com observação estrita para a elaboração de relatórios, execução de análises e avaliações, além da prestação de assistência e suporte à Diretoria e departamentos no âmbito deste regional.

1 – BASE LEGAL:

Em obediência ao disposto nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, Normas Gerais de Direito Financeiro contidas nos artigos 75 a 80 da Lei Federal n.º 4.320/64; no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), Lei nº 12.846/2013 (Lei de combate a corrupção) e a NBC TSP 11 (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou regra específica para o sistema de controle interno governamental.

O Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte – Coren-RN, foi criado pela Lei 5.905, de 12 de julho de 1973, é autarquia federal dotada de personalidade

jurídica, de direito público, com autonomia administrativa, financeira, patrimonial, orçamentária e política sem qualquer vínculo funcional e hierárquico com os órgãos da administração pública, sujeitando-se aos princípios gerais da administração pública – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O Coren-RN é subordinado ao Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), autarquia vértice do Sistema Cofen/Conselhos Regionais.

A decisão Cofen nº 573/2018 em seu art. 10 e Coren-RN nº 03/2018, que instituiu a Controladoria Geral das atividades administrativas do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte, preceitua no artigo 4º in verbis:

“A Chefia da Controladoria Geral, denominado Controlador Geral, será exercida por servidor, efetivo ou comissionado, que seja bacharel em Ciências Contábeis, Economia, Administração ou Direito, e que não seja cônjuge ou parente até o terceiro grau, inclusive, em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim, de Conselheiro Federal, efetivo ou suplente, competindo-lhe o planejamento, a supervisão e a orientação geral dos trabalhos, observado o programa aprovado pela Presidência.”

2 – FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAINT

2.1 – Da Estrutura

A Controladoria Geral do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte é órgão responsável pela promoção da legalidade, legitimidade, economicidade e a avaliação dos resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade das atividades administrativas, orçamentário-financeiras, contábeis e patrimoniais.

Em conformidade com o inciso I do Artigo 13 e artigo 14 da Resolução Cofen 573/2018 e ainda Artigo 2º da Resolução Cofen 505/2016, o Regimento do Coren-RN, o Plano de Atividades do exercício de 2022 visa à ação preventiva em diversas áreas do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte, de forma a produzir subsídios efetivos à Administração desta Autarquia e à antecipação de correção de eventuais erros.

2.2 - Força de Trabalho

Atualmente o quadro funcional da Controladoria do Coren-RN é composto por 01 (um) empregado público, graduado no curso de Ciências Contábeis.

Nome: Isleide do Nascimento Campos

Cargo: Controlador Geral (Portaria nº 009/2021, de 05 de Janeiro de 2021).

2.3 – Execução Prevista do PAINT

Início	01 de Janeiro de 2022
Término	31 de Dezembro de 2022

2.4 - Da Hierarquia

Em conformidade com a decisão Coren-RN Nº 03/2014, a Controladoria Geral é o órgão de assessoramento técnico, subordinado à Diretoria e Plenário.

2.5 - Da Competência

A Controladoria Geral tem as atribuições definidas na decisão Cofen nº 573/2018, que inclui especificamente:

- I - Realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional do Conselho Regional, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentário-financeira, patrimonial e a avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia;
- II - Fiscalizar o cumprimento das disposições e princípios de ordem constitucional, assim como todos aqueles tratados pela legislação infraconstitucional, aplicáveis à administração pública, abrangendo os regulamentos aprovados pela Resolução Cofen nº 340/2008;
- III – Acompanhar a execução do orçamento e dos programas de trabalho, para as verificações necessárias à utilização regular e racional dos recursos e bens públicos, para a avaliação dos resultados alcançados pelos administradores;
- IV – Prover orientação aos administradores, com vista à racionalização da execução da despesa, a eficiência e a eficácia da gestão;
- V – Orientar e subsidiar os órgãos responsáveis pelo planejamento, orçamento e programação financeira, aperfeiçoando-lhes as atividades;
- VI – Zelar pela fiel observância das normas legais e regimentais na prática dos atos de administração;
- VII – Colaborar com as ações administrativas de aperfeiçoamento dos métodos e técnicas de gestão;

VIII – Velar pela observância dos sistemas organizacionais, funcionais e operacionais estabelecidos;

IX – Criar condições indispensáveis para assegurar a eficácia ao controle externo exercido pelos órgãos competentes.

2.6 – Outros fatores considerados na elaboração do plano anual

O Plano Anual de Atividades (PAINT) da Controladoria Geral foi elaborado com base na legislação que rege a esfera Federal vigente e nas normas gerais de procedimentos e diretrizes adotadas pelo Conselho Federal de Enfermagem com base na Resolução nº 505/2016 e Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte, na decisão nº 03/2014 e regimento interno.

A planificação dos trabalhos de controle foi pautada nos seguintes fatores:

- Normas e dispositivos que regem a Controladoria-Geral;
- A capacidade técnica e operacional da Controladoria-Geral;
- As necessidades do Coren-RN;
- A relevância dos temas a serem acompanhados;
- Efetivo de pessoal lotado no departamento;
- Reuniões e Treinamento com a Controladoria do Cofen;
- Atividades rotineiras dentro do departamento;
- Suporte à diretoria, departamentos e setores do Coren-RN para esclarecimentos de assuntos diversos;
- Observações efetuadas no transcurso do exercício;
- Fragilidades e riscos envolvidos na execução das atividades de cada setor.

Algumas atividades são rotineiras e outras são escolhidas por amostragem, de acompanhamento da gestão e/ou por meio da publicidade dos atos desta, de forma a prevenir ou apontar a execução de atividades inadequadas, desassociadas dos princípios básicos da Administração Pública. Há também atividades destinadas a avaliação de atos futuros. Entre os fatores externos considerados na elaboração do presente plano, encontram-se as orientações advindas dos órgãos de Controle Externos.

Atualmente a Controladoria concentra seus esforços para que as atividades sejam realizadas em sua plenitude conforme estabelece o regimento interno do Coren-RN, contudo o déficit funcional limita as realizações como um todo, o que torna o Plano Anual de Atividades

o instrumento de implementação progressivo e paulatino conforme força de trabalho existente. As atividades, os objetivos, as diretrizes e as responsabilidades são implementadas conforme a aprovação do Plano Anual de Atividades.

3 - DO PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DA CONTROLADORIA GERAL

3.1 - Objetivos

Os principais objetivos pretendidos com a execução do PAINT/2022 são os seguintes:

- Verificar a aplicação das normas, legislações vigentes, como também diretrizes traçadas pela administração;
- Analisar e atualizar, quando necessário, os procedimentos, rotinas e controles internos;
- Efetuar as atividades rotineiras de prevenção à ocorrência de dano ao erário;
- Assessorar a gestão e garantir a qualidade da informação;
- Implantar nos departamentos pontos de melhorias para as práticas de controle interno do Coren-RN;
- Antecipar-se preventivamente ao cometimento de erros, desperdícios, abusos, práticas antieconômicas e fraudes;
- Propiciar informações tempestivas e confiáveis, inclusive de caráter administrativo e operacional, sobre resultados atingidos;
- Criação e atualização de fluxos setoriais;
- Cumprimento dos prazos estabelecidos pelos Órgãos de Controle Externo para prestação de contas e outras diligências solicitadas.

3.2 – Cronograma de atividades

OBJETIVO	ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS
Análise rotineira dos pagamentos antes de sua efetivação	Conferência da documentação anexada ao processo, antes do pagamento, na fase da liquidação da despesa, ou análise antes dos pagamentos de despesas extraorçamentárias, através de emissão de nota de análise de conformidade.

<p>Análise dos Processos de Licitação</p>	<p>Conferência da documentação de processos licitatórios, inclusive dispensas e inexigibilidades, com análises feitas após o parecer jurídico (fase interna) e após a emissão do empenho (fase externa).</p>
<p>Análise das Prestações de Contas Trimestrais do Coren-RN</p>	<p>Trimestralmente será efetuada, pela Contabilidade do Regional, Prestação de Contas Trimestral, sendo encaminhada para análise e parecer da Controladoria Geral, antes do envio ao Conselho Federal de Enfermagem, que deverá ser feito até o último dia útil do mês subsequente ao fim do trimestre, repassando, posteriormente, a situação econômica, financeira e patrimonial do Regional, subsidiando a Diretoria de informações para a tomada de decisões.</p>
<p>Acompanhamento e Prestação de Contas após realização de Convênios</p>	<p>Após realização de Convênios entre o Regional e Conselho Federal, a Controladoria acompanhará a execução do Convênio, a fim de certificar-se da correta aplicação do recurso, sendo emitido parecer de análise referente à prestação de contas dos Convênios realizados, antes de serem encaminhados ao Cofen.</p>
<p>Manutenção do Portal da Transparência</p>	<p>A Controladoria Geral é responsável pela atualização e manutenção das informações prestadas ao cidadão no Portal da Transparência, junto ao Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte. Cabe à Controladoria verificar periodicamente se os dados estão sendo inseridos no sítio do Coren-RN, de forma tempestivamente, no prazo de até 10 dias do mês subsequente.</p>

Análise da Prestação de Contas Anual	A Controladoria Geral analisará a Prestação de Contas Anual do Regional a ser encaminhada ao Cofen, emitindo parecer.
Envio do Relatório de Gestão	A Controladoria Geral é responsável por enviar anualmente o Relatório de Gestão, na forma de Relato Integrado, para o Tribunal de Contas da União.
Acompanhamento e análise da Proposta Orçamentária e Reformulações Orçamentárias	O Setor é responsável por supervisionar a elaboração do orçamento anual e reformulações e emitir parecer, após o encaminhamento pela Contabilidade.
Realização de Auditorias	No exercício de 2022 poderão realizar-se auditorias nos diversos setores, de acordo com o tempo disponível, levando-se em consideração o risco de ocorrência de erros de cada setor.
Acompanhamento e alteração, se necessário, dos fluxos dos processos da autarquia	Atualização constante dos fluxos dos processos, quando necessário, visando a uma melhor economicidade de tempo e distribuição uniforme das atividades nos diversos setores da autarquia.
Realização das demais atividades	No decorrer do exercício de 2022 acontecerão eventos não planejados, como reuniões, treinamentos e consulta à legislação.

3.3 – Previsão das atividades

Para serem desenvolvidas no decorrer do exercício de 2022, de acordo com a disponibilidade dos recursos humanos. O planejamento das atividades ocorrerá de acordo com o cronograma abaixo, considerando ainda a programação de férias da Controladora Geral.

Mês	Dias úteis		Força Disponível	Total de horas disponíveis
Janeiro	21		1	168
Fevereiro	20		1	160
Março	22		1	176

Abril	14		1	112
Maio	22		1	176
Junho	6		1	48
Julho	21		1	168
Agosto	23		1	184
Setembro	21		1	168
Outubro	20		1	160
Novembro	20		1	160
Dezembro	22		1	176
				1.996

3.3.1 – Programação de férias / 2022

Isleide do Nascimento Campos	05 - dias – Abril/2022
	15 - dias - Junho/2022

3.3.2 - Nota de análise antes do pagamento

As notas de análise na fase da liquidação são de suma importância para a detecção de erros, evitando pagamentos indevidos e ausência de documentação exigida pela legislação vigente. Paralelamente possibilita o acompanhamento da execução orçamentária através de planilhas com o controle dos pagamentos mensais de cada fornecedor.

3.3.3 - Análise dos processos licitatórios.

Dispensa
Inexigibilidade
Pregão eletrônico
Demais modalidades

Conforme orientações contidas no Memorando nº 59/2020/Controladoria, em que houve a atualização dos fluxos dos processos licitatórios, os processos de licitação na modalidade pregão passam para análise da Controladoria depois da emissão do parecer jurídico e após a emissão do empenho, enquanto que os processos de dispensa/inexigibilidade de licitação e processos de termo aditivo a contratos passam para análise da Controladoria após a emissão do empenho, possibilitando, desta forma, uma maior chance de detecção de possíveis erros.

3.3.4 - Análise das Prestações de Contas Trimestrais

Conforme o artigo 11 da resolução Cofen nº 504/2016 o Coren-RN deve enviar ao Cofen suas prestações de contas trimestrais, até 30 dias do mês subsequente, objetivando principalmente o acompanhamento da execução orçamentária. Trimestralmente a Controladoria

faz a análise das demonstrações contábeis, subsidiando a Diretoria do Regional com informações acerca da situação orçamentária e patrimonial.

Análises das prestações de contas trimestrais	Mês
Prestação de contas 4º trimestre/2021	Janeiro/2022
Prestação de contas 1º trimestre/2022	Abril/2022
Prestação de contas 2º trimestre/2022	Julho/2022
Prestação de contas 3º trimestre/2022	Outubro/2022
Prestação de contas 4º trimestre/2022	Janeiro/2023

3.3.5 – Cota Parte

Considerando que a Cota Parte é um tema relevante, que nasce da necessidade de controle sobre a cota parte repassada ao Conselho Federal, onde o Regional deverá informar mensalmente, até o dia 15 do mês subsequente ao da arrecadação a conferência e controle da Cota Parte, conforme artigo 60 do Regulamento da Administração Financeira e Contábil do Sistema COFEN/Conselhos Regionais aprovado pela Resolução 340/2008 e alterações.

A Controladoria almeja que a partir de janeiro/2022, possa dar continuidade no controle da Cota Parte como orienta a decisão Cofen nº 91/2012, Resolução Cofen nº 474/2015 na qual institui o sistema de controle da cota parte no âmbito dos conselhos regionais de enfermagem.

Acompanhamento e Controle da Cota parte	Dia / Mês e Ano
Janeiro/2022	10 / Fevereiro / 2022
Fevereiro/2022	10 / Março / 2022
Março/2022	10 / Abril / 2022
Abril/2022	10 / Maio / 2022
Maio/2022	10 / Junho / 2022
Junho/2022	10 / Julho / 2022
Julho/2022	10 / Agosto / 2022
Agosto/2022	10 / Setembro / 2022
Setembro/2022	10 / Outubro / 2022
Outubro/2022	10 / Novembro / 2022
Novembro/2022	10 / Dezembro / 2022
Dezembro/2022	10 / Janeiro / 2023

3.3.6 - Convênios

Convênio é o instrumento formal que disciplina a transferência de recursos públicos da União para os Estados e Municípios. Convênios celebrados por órgãos e entidades da Administração regulam-se, pelas normas da Lei de Licitações - Lei nº 8.666, de 1993 e da IN STN Nº 01, de 1997, que disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos. A celebração de convênio não abrange apenas repasses de recursos federais para estados e/ou municípios, embora seja o mais comum. Os convênios podem ser feitos entre quaisquer órgãos ou entidades da Administração Pública, ou seja, no âmbito federal, estadual ou municipal.

Considerando as orientações dos instrumentos supracitados, surge a necessidade de controle sobre os convênios firmados entre o Cofen e o Coren-RN, permitindo ao Controlador geral emitir opinião sobre a regularidade da aplicação de recursos, para os convênios do exercício de 2022.

3.3.7 – Portal da Transparência

O Portal da Transparência tem o intuito de atender às regras estipuladas pela lei denominada “Lei de Acesso à Informação”, Lei nº 12.527/2011 e seu decreto regulamentador nº 7.724/2012, que parte do princípio de que as informações referentes à atividade do Estado são públicas, salvo exceções expressas na legislação. A transparência ativa é justamente o dever que os órgãos públicos têm quanto à divulgação, de ofício, de informações dotadas de interesse público. Nesse sentido, cabe ao órgão ou entidade pública a divulgação, independentemente de provocação ou pedido, das informações consideradas relevantes para os cidadãos que estão em seu poder.

Conforme designado pela decisão Coren-RN nº 04/2018, a Controladoria Geral deste regional ficou responsável pelo portal da transparência. No exercício 2022, temos como objetivo dar efetiva continuidade às boas práticas de transparência que os órgãos de controle externo e a sociedade exigem. Com intuito de cumprir a risca as orientações contidas no acordo 96/2016.

3.3.8 - Prestação de contas anual

A Controladoria deverá enviar parecer anual sobre as contas da gestão conforme Resolução Cofen 504/2016. Tendo em vista que a prestação de contas do exercício de 2021 tem

sua apresentação até dia 28 de fevereiro de 2022, juntamente com seu relatório de gestão. Sendo que o arquivo será disponibilizado no portal de transparência desta Autarquia.

Prazo de envio prestação de Contas anual	Mês
Prestação de contas exercício 2021	28/Fevereiro/2022
Prazo de envio do relatório de gestão ao TCU	Mês
Relatório Anual Exercício 2021	30/Março/2022

3.3.9 - Relatório de Gestão

A Controladoria deverá monitorar a publicação no sítio do Coren-RN do Relatório de Gestão, na forma de Relato Integrado, até 31/03/2022, e demais informações exigidas pela IN nº 84/2020/TCU. Deverão ser feitas reuniões com a Diretoria e Assessores a fim de que haja uma consolidação e integração dos assuntos atinentes à cada área no relatório final.

3.3.10 – Proposta Orçamentária e Reformulações

Considerando que as despesas do regional devam ter conexão com o planejamento prévio e obedeçam a princípios técnicos e às disposições normativas no âmbito do sistema, a Controladoria faz uma análise prévia, antes da aprovação da proposta orçamentária pelo regional.

Da mesma forma, qualquer alteração deverá passar pela análise da Controladoria para que seja garantida a consonância com os princípios da administração pública, evitando-se reformulações indevidas.

Juntamente com o orçamento deverá ser enviado cronograma de desembolso anual, que deverá ser acompanhado trimestralmente pela Controladoria, conforme o artigo 1º da Resolução Cofen nº 532/2017.

Portanto, conforme estabelece a Resolução COFEN 503/2016, a Controladoria Geral desta autarquia deverá analisar a proposta orçamentária para o exercício seguinte, bem como as reformulações que serão realizadas.

3.3.11 – Auditorias

Considerando as limitações de tempo e pessoal disponível, poderão ocorrer auditorias em determinadas áreas, a depender do risco de erros envolvidos.

3.3.12 – Atualização dos fluxos dos processos

Durante o exercício de 2022 haverá atualização dos fluxos dos processos, quando necessário, visando à diminuição de gargalos e melhor otimização do tempo.

Além das atividades mencionadas acima, outras atividades poderão surgir no decorrer do exercício, devendo haver ajuste no planejamento.

3.3.13 - Normatização

Considerando a responsabilidade e quantidade de atribuições definidas nos dispositivos legais para a controladoria do Coren-RN, a relevância de cada atividade no âmbito interno, e ainda o quantitativo de empregados públicos, almejamos que a normatização geral do conselho poderá ter seu início a partir do exercício de 2022 dentre as prioridades abaixo relacionadas:

Órgãos da Estrutura Administrativa	Implantação Prevista para 2022
Departamento Administrativo – DA:	
➤ Procedimentos operacionais padrão	Junho/2022

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Anual apresentado contempla as atividades a serem praticadas no exercício de 2022, e que poderá sofrer alterações conforme solicitações ou maiores necessidades, buscando sempre a implementação integral das atividades conforme Regimento Interno do Coren-RN.

Ressalto que, devido ao quantitativo de empregados públicos na Controladoria-Geral, e a grande demanda para essa função, este Plano Anual de Atividades, funcionará como instrumento balizador das ações da Controladoria-Geral no exercício de 2022, servindo de base para a Diretoria acompanhar os trabalhos a serem executados e como fonte de informação auxiliar para os órgãos de controle externo. **Podendo sofrer alterações a qualquer momento, caso necessário.**

Isleide do Nascimento Campos
Controladora Geral do Coren-RN
CRC-RN 012291/O-5

